



Plenário pode retirar royalties do cálculo de gasto com pessoal

Jonas Pereira/Agência Senado — 21/11/2018



Além do projeto sobre os royalties, os senadores também podem votar novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa

Autor do projeto, Dalirio Beber argumenta que os valores dos royalties são inconstantes, por isso não devem ser previstos para despesas continuadas. Para ele, esses recursos devem ir para investimentos, e não custeio

O Plenário pode votar hoje projeto que impede que os royalties sejam considerados no cálculo da receita corrente líquida, que serve de parâmetro para limitar as despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. A alteração será feita na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os royalties são compensações financeiras pagas pela exploração de recursos como minérios, água ou petróleo, retirados do

território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Para que a adequação aos novos limites das despesas com pessoal não se dê de forma abrupta, o projeto prevê um período de transição de 11 anos.

Também está na pauta proposta que estabelece novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa. São oito os objetivos fundamentais, entre eles, promover a autonomia produtiva e tecnológica na área. **3**



Especialistas tentam saber como brasileiros veem as leis

Estudos mostram alto índice de brasileiros que admitem já ter tomado atitudes ilegais no dia a dia, como estacionar em local proibido ou dirigir

depois de beber. Ao mesmo tempo, porém, campanhas nas redes sociais cobram uma reforma ética nas práticas cotidianas do cidadão. **4**



Operações da Lei Seca buscam impedir que motoristas dirijam após beber

Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios setoriais

Os relatórios setoriais começam a ser entregues hoje à Comissão Mista de Orçamento, que vai votá-los a partir das 14h. **2**

Colegiado pode votar campanhas sobre uso de água

A Comissão de Meio Ambiente pode votar hoje projeto que prevê campanhas educativas para estimular o uso racional de água. **3**

Governo sanciona aumento para ministros do STF



Proposta prevê ainda o uso de avaliações nacionais para verificar desempenho

Audiência debate proposta que federaliza educação básica

A Comissão de Educação discute hoje projeto que prevê a federalização da educação básica por meio da transferência de competências dos estados e municípios para a União. Foram

convidados a secretária de educação básica do Ministério da Educação, Kátia Smole, e o consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Cláudio Tano, entre outros. **3**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Comissão de Orçamento vota relatórios setoriais

Todos os 16 relatórios setoriais deverão ser apresentados e colocados em votação hoje. Segundo os relatores, os grandes cortes aplicados aos orçamentos setoriais têm sido o maior problema enfrentado

A COMISSÃO MISTA de Orçamentos (CMO) começou a receber os relatórios setoriais para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018). O relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka (MDB-MS), afirmou que deve colocar em votação esses relatórios à medida que forem entregues. Eles começarão a ser analisados a partir das 14h. Todos os 16 relatórios setoriais deverão ser apresentados e levados à votação ainda hoje.

— Queremos ir votando fatiadamente o relatório, para que limpemos gradativamente a pauta de votações até 28 de novembro — disse Moka.

Cortes

Já foram entregues os relatórios de Educação e Cultura, elaborado pelo deputado Luciano Ducci (PSB-PR); o de Esporte, feito pelo deputado Milton Monti (PR-SP); e o de Ciência, Tecnologia e Comunicações, elaborado pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

O grande complicador para os relatores tem sido o nível dos



Relator-geral, Moka pretende concluir as votações até 28 de novembro

cortes aplicados nas emendas dos orçamentos setoriais. Segundo Ana Amélia, o caso mais emblemático, até agora, é o da Ciência e Tecnologia.

— Tínhamos emendas elaboradas pelo próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e encaminhadas pelas comissões (R\$ 980 milhões), pelas bancadas (R\$ 210 milhões) e pelos parlamentares (R\$ 25 milhões). Somente conseguimos R\$ 67 milhões —

declarou a senadora.

Os R\$ 67 milhões se somarão ao orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, que será de R\$ 15,3 bilhões.

No entanto, ainda será necessário remanejar R\$ 1,19 bilhão para fechar o planejamento-geral das atividades da pasta. Esse corte foi determinado pelo próprio Ministério do Planejamento em articulação com a relatoria do Orçamento.

Medeiros: agronegócio nacional é difamado na Europa por brasileiros

José Medeiros (Pode-MT) lamentou que a imagem de destruidor do meio ambiente do agronegócio nacional na Europa resulte de difamação produzida por brasileiros.

Ele afirmou que os europeus usam esse discurso para proteger o seu agronegócio, prejudicando o brasileiro.

— Então, qual a imagem que as pessoas têm? É que aqui, a todo o momento, as pessoas estão derrubando para plantar soja. Nos próximos vinte anos, o Mato Grosso pode dobrar a produção sem derrubar um pé de árvore.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi elogia ativismo pelo fim da violência contra a mulher

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou a importância da campanha 16 Dias de Ativismo

pelo Fim da Violência contra a Mulher, iniciada no domingo. Ela destacou o fato de a campanha mundial começar no Brasil no Dia Nacional da Consciência Negra e terminar em 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. A senadora ressaltou que os governos de Lula e Dilma Rousseff se engajaram muito nessa luta.

— Foi o presidente Lula que sancionou a Lei Maria da Penha, que atua exatamente sobre a violência doméstica.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário Mota pede investigação de fraude em seguro de trânsito

Telmário Mota (PTB-RR) pediu que a polícia e o Ministério Público investiguem eventuais fraudes no pagamento do seguro por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).

Segundo denúncias recebidas pelo senador, a seguradora Líder, responsável pela administração do seguro, está exigindo mais documentos do que o previsto para efetuar o pagamento do seguro. Telmário lamentou a falta de resultado de duas CPIs instaladas na Câmara dos Deputados para apurar fraudes no DPVAT.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sancionado reajuste de ministro do STF e retirado auxílio-moradia

O presidente da República, Michel Temer, sancionou ontem a lei que reajusta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A nova lei eleva os subsídios mensais dos ministros em 16,38%, dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O texto tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016, aprovado no dia 7 pelo Senado.

Para balancear as contas, o ministro do STF Luiz Fux revogou ontem liminar proferida por ele em 2014, que garantiu o pagamento do auxílio-moradia para juízes. Com a decisão, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e de tribunais de Contas também devem ser afetados e perder o benefício. O corte do auxílio somente deve valer após o aumento para os ministros do Supremo começar a ser pago.

Essa decisão fez parte de acordo entre Fux, relator dos

casos que tratam do auxílio-moradia, o presidente do STF, Dias Toffoli, e o presidente Michel Temer, para diminuir o impacto financeiro nos cofres públicos do aumento dos salários.

Liminares

Em 2014, o ministro Luiz Fux deferiu duas liminares determinando que os tribunais fossem notificados para pagar o auxílio-moradia, atualmente de R\$ 4,3 mil. A justificativa à época foi de que o benefício está previsto na Lei Orgânica da Magistratura.

O último aumento do salário dos ministros do STF, que serve de teto para o funcionalismo público em todo o Brasil, ocorreu em janeiro de 2015. Na mesma ocasião, foi fixado valor idêntico para o salário do procurador-geral da República e para o subsídio mensal de deputados e senadores.

Com Agência Brasil

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Agências reguladoras

9h Sabatina de três indicados para compor diretorias da ANM, Aneel e Anatel.

CAE Mercado de câmbio

10h Audiência pública para debater a regulação do mercado de câmbio.

CE Aprovação automática

10h A comissão vota projeto que proíbe aprovação automática de estudantes.

BRASIL-ARGENTINA Plano de ação

10h Grupo analisa plano de ação.

CMO Orçamento 2019

11h Audiência sobre obras com irregularidades graves identificadas pelo TCU. Às 14h, às 16h e às 18h, votação de relatórios setoriais ao projeto do Orçamento.

CRA Etanol de milho

11h Análise do relatório sobre os programas Garantia-Safra. Depois, audiência pública sobre produção de etanol.

CE Federalização do ensino básico

11h30 Audiência pública para debater o PLS 337/2016, que permite a federalização do ensino básico.

CMA Uso racional de água

11h30 Comissão vota projeto que prevê campanhas para estimular o uso responsável de água.

CAS Distrofia muscular

14h Audiência sobre qualidade de vida das pessoas com distrofia muscular de Duchenne.

SESSÃO DELIBERATIVA FGTS

14h Na pauta, projeto que autoriza o saque integral do FGTS para quem pedir demissão.

CÓDIGO COMERCIAL Relatório

14h30 Votação do relatório

MP 851/2018 Fundos patrimoniais

14h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Responsabilidade fiscal pode ter nova regra

Projeto, que está na pauta do Plenário, muda a lei para excluir receitas com royalties do cálculo para limite de despesas com pessoal de estados, Distrito Federal e municípios

ESTÁ NA PAUTA do Plenário o projeto que impede que os royalties sejam considerados no cálculo da receita corrente líquida, que serve de parâmetro para limitar as despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios (PLS 334/2017).

Segundo o autor, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), as receitas de compensações financeiras ou de royalties são justas e de valor significativo para algumas unidades da Federação. Mas têm a característica de ser inconstantes. Por isso, argumenta, não deveriam ser usadas como base de cálculo para a apuração do limite das despesas com pessoal, que são usualmente de caráter continuado.

— Trata-se de uma receita extraordinária e deve ser direcionada a investimentos, e não a custeio. Se tivéssemos agido dessa forma antes, a saúde de estados e municípios estaria assegurada hoje — afirmou Dalirio, durante a votação do

texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em julho.

Os royalties são compensações financeiras pagas aos municípios pela exploração de recursos como minérios, água ou petróleo, retirados do território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

O projeto exclui os royalties da receita corrente líquida (RCL) para fins de cálculo do limite das despesas com pessoal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A alteração será feita na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF — Lei Complementar 101, de 2000).

Para que a adequação aos novos limites das despesas com pessoal não se dê de forma abrupta, uma vez que, sem os royalties, necessariamente os limites serão reduzidos, o projeto prevê um período de transição de 11 anos, começando com a retirada de 5% e 10% das receitas dos royalties a partir do início do primeiro e

do segundo exercícios financeiros subsequentes à publicação da lei, respectivamente. A partir do terceiro exercício, o percentual de expurgo sofrerá acréscimo de 10% a cada exercício, até totalizar 100%.

Adicionalmente, para não criar restrições extras às finanças das unidades da Federação que porventura participem ou venham a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar 159, de 2017, o projeto prevê tam-

bém a suspensão da aplicação do procedimento proposto e da regra de transição, enquanto o regime estiver vigente.

Defesa

Também está na pauta projeto de decreto legislativo que estabelece novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa (PND).

Segundo o relator do PDS 137/2018, senador Fernando Collor (PTC-AL), a nova versão estabelece oito objetivos

nacionais fundamentais. Entre eles, garantir a soberania e o patrimônio nacional, assegurar a capacidade de defesa, visando ao cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas, salvaguardar os bens, recursos e interesses nacionais, contribuir no incremento da projeção internacional do Brasil e sua inserção em processos decisórios e promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.

A PND fixa 28 posicionamentos para o país, como o apoio ao multilateralismo nas relações internacionais, a defesa do uso sustentável dos recursos ambientais, o respeito à soberania de cada país e o estímulo ao envolvimento de toda a sociedade brasileira em assuntos de Defesa.

O projeto também atualiza o Livro Branco da Defesa Nacional, abordando, entre outros temas, o ambiente estratégico no século 21 e a defesa e o instrumento militar.



Agência Petróleus

Pelo texto, royalties do petróleo ficam fora de limite de gastos com pessoal

Comissão analisará consumo consciente de água

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar hoje projeto que prevê a realização de campanhas educativas para estimular o uso racional de água pela população

O PLS 587/2015, de José Agripino (DEM-RN), aponta a inexistência de uma política de campanhas educativas, periódicas e permanentes sobre o uso racional de água, com o objetivo de prevenir crises de abastecimento cada vez mais frequentes.

Outro projeto a ser votado

é o que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha e outras gorduras de uso culinário. Hoje esses produtos costumam ser despejados no ralo da pia, o que leva ao entupimento de instalações sanitárias (as caixas de gordura, em especial) e das redes de esgoto.

O PLS 75/2017, de José Medeiros (Pode-MT), inclui o óleo de cozinha e as demais gorduras na lista de produtos do sistema de logística reversa. A intenção é repassar

a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e descarte correto para os fabricantes, como ocorre com fabricantes de pneus, pilhas, baterias e lâmpadas, entre outros.

Pode ser analisado ainda projeto que prevê incentivos, como benefícios fiscais, assistência técnica, capacitação e aquisição governamental da produção, para o cultivo doméstico de vegetais com propriedades medicinais. O PLS 353/2017 é do senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Colegiado fará audiência sobre federalização da educação básica

A Comissão de Educação debate hoje projeto que prevê a federalização da educação por meio da transferência de competências dos estados e municípios à União.

O PLS 337/2016 foi apresentado por Cristovam Buarque (PPS-DF) e tem como relator Pedro Chaves (PSC-MS).

Foram convidados a secretária de educação básica do Ministério da Educação, Kátia Smole, o consultor de orçamento e fiscalização fi-

nanceira da Câmara Cláudio Riyudi Tano e representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre outros.

O projeto prevê ainda o uso de avaliações nacionais de estudantes como critério de verificação de desempenho e a instituição do Padrão Nacional Mínimo de Educação Básica, que levará em conta questões como carreira dos professores e adoção de regime de aulas em horário integral.

Armando Monteiro pede cumprimento de lei antiburocracia

Armando Monteiro (PTB-PE) disse ontem em Plenário que os cidadãos devem exigir o cumprimento da Lei 13.726, que determina a simplificação de formalidades na administração pública. Para o senador, os brasileiros devem questionar as exigências desnecessárias.

A lei dispensa a apresentação de título de eleitor, o reconhecimento de firma e a autenticação de documentos e exige que o servidor administrativo autentique qualquer documento pessoal necessário para instruir determinado processo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia critica declaração de Haddad sobre Lula

A senadora Ana Amélia (PP-RS) contestou declarações do segundo colocado na disputa pela Presidência da República em 2018, Fernando Haddad, sobre a situação do ex-presidente Lula. Em entrevista publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, Haddad chamou de frágil o processo em que o ex-presidente foi condenado e disse que teria vencido as eleições se tivessem permitido que fosse candidato.

— É um engano para se convencer de uma verdade que não existe, porque a verdade está nos fatos e não naquilo que “eu quero que seja”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raupp apoia eventos pelo fim da violência contra a mulher

Valdir Raupp (MDB-RO) destacou o início da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que vai até 10 de dezembro. O senador disse que a atividade tem como objetivo conscientizar a sociedade e buscar medidas para enfrentar o problema.

Raupp elogiou o governo de Rondônia, que no dia 6 promoverá uma mesa-redonda com o tema “Homens pelo fim da violência contra a mulher”.

— Rondônia ocupa o quarto lugar no ranking dos estados mais violentos para as mulheres no Brasil, só ficando atrás de Roraima, Goiás e Mato Grosso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington defende obras de ferrovia no Centro-Oeste

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. O senador disse que o primeiro trecho da linha ligará Campinorte (GO) a Água Boa (MT). Ele afirmou que a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Minas-Espírito Santo terá como contrapartida o financiamento, pela empresa Vale, da construção da ferrovia no Centro-Oeste.

— Nós vamos viabilizar essa ferrovia, além de aumentar muito a produção brasileira através dessa região do Araguaia — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano presta homenagem a Alberto Silva

Elmano Férrer (Pode-PI) prestou homenagem ontem ao ex-senador Alberto Tavares Silva, que teria completado 100 anos no dia 10. O senador o definiu como um dos maiores expoentes da política piauiense do século 20. Alberto Silva foi vereador, deputado estadual, governador por duas vezes e senador por dois mandatos. Morreu em setembro de 2009.

— Com seu carisma, seu entusiasmo, seus ideais inovadores e espírito ousado, Alberto Silva tornou-se um mito na história do Piauí e conquistou espaço cativo no coração dos piauienses.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Como o brasileiro vê o cumprimento das leis

Estudos mostram alto índice de pessoas admitindo cometer ilegalidades, ao mesmo tempo em que circulam nas redes campanhas por uma reforma ética nas atitudes do dia a dia

Reportagem: Aline Guedes e Nelson Oliveira
Edição: Thâmara Brasil

CIRCULAM PELAS REDES sociais campanhas sugerindo a construção de uma nova ética por meio da reforma das atitudes cotidianas. A maior parte dos textos afirma que não há como cobrar ética dos governantes, se os próprios cidadãos não a praticam. Os posts argumentam ainda que o mau comportamento do “andar de cima” resultaria do que acontece no “andar de baixo”.

Na tentativa de controlar o que é chamado de “andar de cima”, o Ministério Público Federal obteve cerca de 2 milhões de assinaturas ao projeto das Dez Medidas contra a Corrupção, encaminhado à Câmara em 2016 na esteira da Operação Lava Jato. O texto, que aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já chegou à Casa sem seu ponto mais polêmico: o teste de integridade no serviço público.

O Brasil está em 96º lugar no ranking da corrupção elaborado pela Transparência Internacional (2017) e em 1º lugar entre os que dão credibilidade a notícias falsas, segundo o Instituto Ipsos.

O cientista político Alberto Carlos de Almeida afirma que os brasileiros deixam para o Estado ações e responsabilidades que deveriam ser de todos, como a preservação da limpeza de áreas públicas.

No plano do comportamento pessoal, pesquisa do Data Popular com 3,5 mil pessoas em 2016 constatou que 80% conheciam alguém que já cometeu algum tipo de ilegalidade. E 70% admitiram ter tomado ao menos uma “atitude corrupta” na vida.

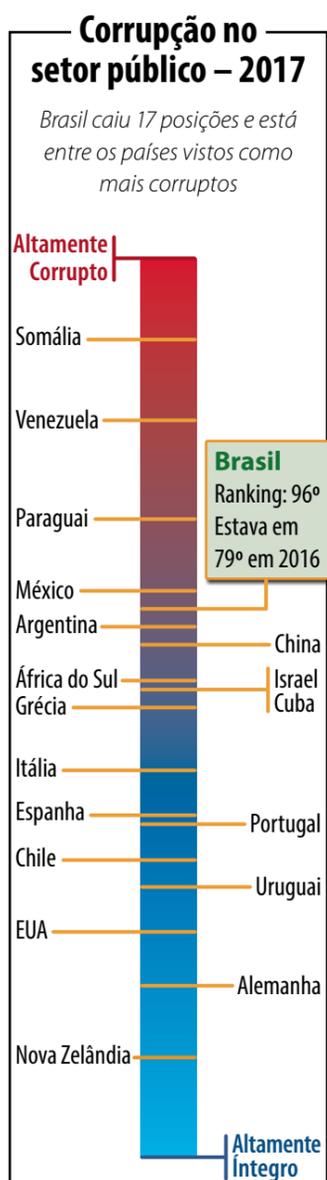
Os dados se assemelham aos levantados em 2015 e 2017 pelas pesquisadoras da Universidade de São Carlos (Ufscar) Luciana Gross Cunha e Fabiana Luci Oliveira. Neles, 38% e 27% dos entrevistados, respectivamente, afirmaram ter hábito de estacionar em local proibido e de dirigir depois de beber.

Em 2017, 75% dos entrevistados disseram que se um juiz determinasse como sentença o pagamento de uma indenização a alguém, a decisão teria que ser cumprida, mesmo discordando dela. Em 2015, eram 77%.

Quando a pergunta foi sobre a obediência a um policial, o



Agente fiscaliza uso de vagas para idosos e pessoas com deficiência: estacionar em local proibido seria “ofensa menor”



número caiu para 56%, independentemente do ano.

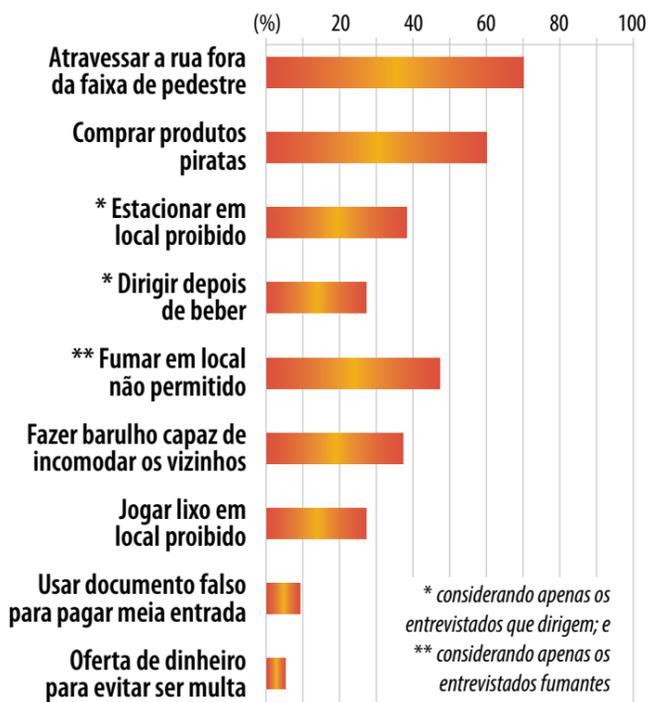
Analisando diversas variáveis, as pesquisadoras concluíram que “quanto maior a legitimidade [das leis], o receio de sanção, o controle social pelos pares e o sentimento de moralidade pessoal, menor a desobediência”.

Escolaridade

Autor do livro *A Cabeça do Brasileiro*, baseado em dados da *Pesquisa Social Brasileira (Pesb)*, o cientista político Alberto Carlos de Almeida considera que fatores como a baixa escolaridade podem enfraquecer a força da lei e cooperar para um ambiente

Dez infrações do dia a dia – 2015

Praticadas nos 12 meses antes da pesquisa. Os dados carecem de maior precisão porque os entrevistados tendem a admitir mais as ofensas de menor gravidade



de quebra de regras.

A tolerância à corrupção teria origem, nessa faixa, no esquecimento e na falta de importância atribuída às denúncias. Almeida ressalta, porém, que apesar de ser difícil, não é impossível mudar essa percepção.

Paradoxalmente, ao embaralhar o entendimento e o cumprimento das normas está o costume de editar muitas leis. As pesquisadoras da Ufscar observaram que, de 1988 a 2015, mais de 5,2 milhões de normas haviam sido criadas.

O consultor do Senado Arlindo Fernandes questiona: até onde o brasileiro se vê representado e obedece a essas normas? Para Almeida, muitas pessoas têm dificuldade de cumprir regras — mesmo aquelas que possam beneficiá-las — porque não se sentem parte ativa na produção delas.

— Essa dificuldade tem

relação com a mentalidade geral que separa governo e sociedade. Muitos cidadãos veem o Estado como inimigo.

Desconfiança

O mestre em estudos comparados sobre as Américas Daniel Capistrano afirma que a lei não deve ser vista como único instrumento de orientação de conduta.

— Essa visão legalista estrita afoga a sociedade com dezenas de leis municipais, estaduais e federais criadas todos os meses. Nesse sentido, o efeito das leis pode ser contrário, resultando no enfraquecimento do ordenamento jurídico e na perda de legitimidade.

O endurecimento puro e simples das penas é assunto controverso em debates sobre infração a leis. Um deles é o que se dá na esfera do trânsito. Dados da ONU apontam que, de 1,5 milhão de mortes por acidentes no mundo por ano,

40 mil ocorrem no Brasil. Para o diretor do Detran do Distrito Federal Silvain Fonseca, muitas infrações são cometidas pelo falso sentimento de que, no Brasil, é fácil descumprir as leis.

— Quem descumpre leis faz todos saírem perdendo. Além dos danos materiais, físicos e emocionais, essas pessoas geram prejuízos graves ao Estado, ao causar incapacidade em outras pessoas em idade reprodutiva, por exemplo — alerta Fonseca.

O senador eleito pelo Espírito Santo e ex-delegado de Delitos de Trânsito e Fabiano Contarato (Rede) defende o endurecimento da punição aos motoristas embriagados e incentivos ao bom motorista, como redução do IPI na compra de veículos novos.

Participação

Para o servidor público Hélio Alcântara Medeiros, as leis cumprem sua missão de dar direção segura aos cidadãos, mas os legisladores falham ao ignorar a percepção da maioria.

— Algumas leis, no papel, são até adequadas. Porém, na prática, acabam não levando em conta o anseio da população, não suprimindo as reais carências da vida em sociedade e sendo descumpridas, muitas vezes, pelo próprio Estado, que deveria dar e ser exemplo.

A biomédica Rosa Gabriela de Macedo acredita que, ao ser ouvido e ter sua vontade respeitada, o cidadão se sentirá motivado a obedecer à legislação.

— Creio que, quanto mais oportunidade de engajamento, mais as pessoas terão a sensação de partícipes e o desejo de se comportar pelo bem comum.

Saiba Mais

Para denunciar infrações às leis, contatar as promotorias de Justiça em cada estado

Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal
<http://bit.ly/MPF-cida>

Participe da elaboração de leis no Senado
senado.leg.br/cidania

Índice de Percepção da Corrupção 2017 – Transparência Internacional
<http://bit.ly/corrupt-ipc-2017>

Estudo: A legitimidade das leis
<http://bit.ly/leg-lei-bras>

Data Popular
www.datapopular.com.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania